

ELIANE BARDANACHVILI

ebardana@gmail.com

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, BRASIL

OS BRASILEIROS E SUA RELAÇÃO COM O SISTEMA DE SAÚDE PELO OLHAR DOS JORNALIS: DIREITO OU DEPENDÊNCIA?

RESUMO

Este estudo objetiva analisar os processos de mediação jornalística no tratamento do tema da saúde, a partir da forma como um conjunto de jornais brasileiros significam a relação da população com os serviços de saúde, ao reportarem os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde, divulgados em junho de 2015. Tomando-se em conta o caráter público e estatal do Sistema Único de Saúde (SUS), que orienta a política de saúde brasileira e é pautado pelo preceito constitucional de que saúde é “direito de todos e dever do Estado”, e, ao mesmo tempo, considerando-se o contexto neoliberal de valorização do mercado e comodificação de direitos sociais, no qual veio se consolidando o sistema, busca-se compreender de que forma os sentidos do sistema público como direito aparecem nos – ou desaparecem dos – discursos jornalísticos. Tomando-se os veículos jornalísticos como construtores de realidade, sustenta-se aqui o olhar sobre o jornalismo como ator político, regulando formas de fazer e de dizer. Foram analisados os títulos de cinco matérias, com base em conceitos da análise do discurso de Michel Pêcheux, em especial o de pré-construído, compreendendo-se, com Adriano Rodrigues, que o estudo dos títulos da imprensa tem particular importância na compreensão dos mecanismos discursivos.

PALAVRAS-CHAVE

Direito à saúde; discurso jornalístico; produção de sentidos;
público-privado

O estudo apresentado neste artigo¹ objetiva analisar como se dão os processos de mediação jornalística no tratamento do tema da saúde, a partir da forma como um conjunto de jornais brasileiros, locais e nacionais, significam a relação da população com os serviços de saúde, ao reportarem os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)², divulgados em junho de 2015. A análise toma em conta o caráter público e estatal do Sistema Único de Saúde (SUS), norteador da política de saúde brasileira, com base no preceito constitucional de que saúde é “direito de todos e dever do Estado”, conforme o artigo 196 da Constituição (1988), e, considera, ao mesmo tempo, o contexto planetário neoliberal de valorização do mercado e de comodificação de direitos sociais, no qual o projeto do sistema veio se consolidando, desde 1988. Busca-se compreender de que forma os sentidos do sistema público de saúde como um direito aparecem nos – ou desaparecem dos – discursos jornalísticos, como esses sentidos são codificados e de que maneira evidenciam-se nessas narrativas disputas simbólicas, em meio a uma matriz econômica na qual a garantia de direitos sociais não é prioridade. Para tanto, foi analisado um conjunto de matérias jornalísticas – com foco nos seus títulos – publicadas no dia seguinte ao da divulgação dos resultados da PNS.

Compreende-se aqui que o jornalismo, como arena na qual ocorrem disputas de sentidos, ao mesmo tempo em que tende a orientar-se pelo pensamento hegemônico, pode construir sentidos contra-hegemônicos também. De forma a identificar as forças com as quais o jornalismo dialoga, leva-se em conta a dimensão histórica da língua, as condições sócio-históricas em que o discurso se conforma, a partir dos conceitos de pré-construído e de memória discursiva, da análise do discurso de Michel Pêcheux (1997), considerando-se que construções discursivas anteriores às dos enunciados em análise tomam parte na conformação dos sentidos que emergem dos textos jornalísticos.

A saúde como política pública é espaço de confrontos sociais, que se dão pela via discursiva (Araújo, 2009). Sentidos são produzidos, circulam, disputam e são apropriados em um mercado simbólico³, tendo-se que a

¹ Este artigo é parte do processo de pesquisa para tese de doutorado, *Público e privado na Saúde: uma análise das construções jornalísticas, seus processos e estratégias* (título provisório), desenvolvida no PPGICS/Icict/Fiocruz.

² Inquérito de base domiciliar, nacional, realizado pelo Ministério da Saúde e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 64 mil domicílios de 1.600 municípios, entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014. O presente estudo ater-se-á a um dos resultados, relacionado à cobertura de plano de saúde e à utilização de serviços de saúde pelos brasileiros. Retirado de www.pns.icict.fiocruz.br

³ De acordo com Araújo (2004), a comunicação opera ao modo de um mercado, onde os sentidos sociais, que se manifestam por meio de discursos, são produzidos, circulam e são apropriados. “Um

vitória de determinado modo de perceber, classificar e intervir sobre o mundo depende de como pessoas e comunidades discursivas participam desse mercado, em busca de poder simbólico, o poder de constituir a realidade, ou “de fazer crer e fazer ver” (Araújo, 2004, p. 174).

Estudar a forma como o jornal expressa a relação dos brasileiros com o sistema público de saúde, tem relevo especial, em um país que possui uma política de atenção na qual convivem o SUS e um sistema de saúde suplementar, marcadamente caracterizado pelo acesso via planos de saúde privados (Aciole, 2006)⁴. Dessa forma, o que se entende como *direito* à saúde imbrica-se com o que se entende como *dependência* do sistema público para acesso aos cuidados de saúde, nesse caso, envolvendo os que *não podem pagar* pelo serviço privado. Tem-se, assim, que o sistema público de saúde é “para pobres”, sendo, além disso, necessário desonerá-lo de quem “pode pagar” (Bahia, 2014).

De acordo com Sorj (2000), uma das antinomias mais comuns utilizadas para compreender a sociedade é o binômio público-privado, e, apesar da naturalidade com que são utilizados pelo senso comum, são conceitos em permanente mutação. Tomando-se os veículos jornalísticos como construtores de realidade (Traquina, 2012), as observações de Sorj constituem motor para que se investigue como esses sentidos aparecem, complementam-se, opõem-se, conflituam-se nas páginas dos jornais, enfim, como se configura a relação público-privado, no que diz respeito a direito/dependência àquilo/daquilo que é público. Podem ser vários os sentidos que os dispositivos jornalísticos produzem, e não necessariamente por “manipulação ou expressão de pura intencionalidade dos jornalistas ou proprietários dos veículos de comunicação” (Oliveira, 2014, p. 50). Embora as marcas de jornais e jornalistas estejam presentes na superfície discursiva, os diversos sentidos produzidos “são efeito das características das condições de enunciação a que estão sujeitos, que determinam o alcance, o limite e a estética de suas narrativas” (Oliveira, 2014, p. 50). Como condições de enunciação, pode-se entender o contexto geral no qual se enuncia, o processo de produção jornalística, que pressupõe escolhas e enquadramentos, e a subjetividade do enunciador – levando-se em conta, ainda, a subjetividade do interlocutor, para quem o enunciado pode produzir novos sentidos.

mercado de desiguais”, em que a negociação tem o caráter de luta por posições de poder discursivo (Araújo, 2004, p. 168).

⁴ Ao mesmo tempo em que afirma que “saúde é direito de todos e dever do Estado”, a Constituição traz em seu artigo 199 que “a assistência à saúde é livre à iniciativa privada” (1988).

Os sentidos circulantes por meio dos veículos midiáticos tornam-se determinantes na conformação de uma sociedade na qual o campo da mídia mostra-se cada vez mais autônomo em relação aos demais campos sociais, “como esfera obrigatória de visibilidade e de notoriedade” (Rodrigues, 2001, p. 42). O campo da saúde, como campo social, acaba, assim, não podendo prescindir dos contributos desse campo midiático que, como define Rodrigues (2001, p. 42), “faz repercutir capilarmente até ao mais íntimo recôndito do tecido social as suas marcas”.

Não é hegemônico, em nível nacional ou global, o entendimento da saúde como direito, conforme afirmado na Constituição brasileira, bem como na Lei Orgânica da Saúde nº 8.080 e nº 8.142 (1990), que o sustenta, regulamentando o SUS, e segundo a qual “a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (artigo 2º da Lei 8.080, 1990). Pode-se formular, assim, a associação direito-Estado-saúde, remetendo à categoria de *público*, no que diz respeito àquilo que é de todos – como expresso na Constituição – e a ser garantido pela esfera estatal. A legislação remete, ainda, ao entendimento da saúde em seu espectro ampliado, como algo para além da ausência de doença, uma vez que engloba não só a recuperação, como a promoção e a proteção⁵. O conceito ampliado de saúde inclui alimentação, habitação, educação, renda, trabalho, transporte, emprego, lazer, posse da terra e acesso a serviços, como determinantes para a garantia de saúde⁶.

Esse entendimento, no entanto, dilui-se em uma sociedade globalizada e mercantilizada, na qual a saúde é também tomada como negócio e mercadoria (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde [Cebes], 2014), abrindo-se espaço à instalação de um pensamento fragmentado e privatista, no qual a atenção à saúde confunde-se com uma abordagem pontual de tratamento e cura de doenças – o que potencialmente seria suprido por planos de saúde privados. Torna-se natural, assim, que o SUS, confunda-se com um *plano de saúde público*, voltado estritamente ao atendimento médico, para aqueles que não podem pagar por tratamento no setor privado. O foco sai das “necessidades de saúde” para a “capacidade de pagamento por serviços” para pautar a atenção (Cebes, 2014).

⁵ Conforme a íntegra do caput do artigo 196: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Constituição, 1988).

⁶ Conforme definido no documento final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, de 1986, que orientou a elaboração do capítulo referente à saúde, na Constituição de 1988.

JORNALISMO, PRODUTOR DE SENTIDOS

Tomando-se o campo da Comunicação como uma arena de disputa de sentidos, sustenta-se aqui o olhar sobre o jornalismo como ator político, produtor social de sentidos, por meio de “modulações do mundo fenomênico” (Oliveira, 2014, p. 48), regulando formas de fazer e de dizer, e considera-se o paradigma da notícia como construção, isto é, que as notícias constroem a realidade, não podendo a linguagem funcionar como transmissora do significado inerente dos acontecimentos, uma vez que não é neutra (Traquina, 2012). Jornal, jornalista e leitores são tomados como interlocutores, afirmando-se o jornalista como mais do que um agente de mediação, cujos textos estariam longe de ser mera reprodução do que observa (Fausto Neto, 2006). São participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por efeito, na construção da realidade” (Traquina, 2012).

No que diz respeito aos sentidos de *público* e *privado* no campo da saúde conformados nas matérias jornalísticas, cabe observar, com Oliveira (2014, p. 55), a complexidade da mediação feita pelo jornalismo entre esse campo e a sociedade, em meio a tensões, conflitos, convergências e divergências “que não podem ser compreendidos apenas com base em seus produtos expressivos (as matérias publicadas)”, mas levando-se em conta as já citadas condições e especificidades da produção. Forças e intervenientes, tais como os “editores invisíveis” (anunciantes, políticos, autoridades), conformam determinada interpretação condizente com esses diversos pontos de vista. Convivem no discurso jornalístico as vozes da empresa jornalística, dos jornalistas que nela trabalham, dos leitores a quem o produto jornalístico é dirigido, de autoridades comprometidas com os princípios da universalidade, integridade e equidade da política de saúde brasileira, de gestores e outros setores da sociedade que se orientam pelos interesses do mercado. É dessa convivência, e dos embates dela decorrentes, que sentidos emergem ou desaparecem, na mediação empreendida pelo jornal; os ditos, os não ditos e os já-ditos do discurso (Orlandi, 2013).

Essas reflexões orientam a investigação de como as categorias de *público* e de *privado*, e a relação que estabelecem com os sentidos de *direito* e de *dependência* daquilo que é público e estatal, relacionam-se nas páginas dos jornais. Uma multiplicidade de arranjos discursivos ou de combinatórias, de efeitos de sentido, de regimes figurativos e aleatórios que proliferam no mundo atual (Rodrigues, 2001) são tomados em conta na análise dos jornais, conforme se verificará a seguir.

A ANÁLISE DOS JORNAIS

Foram analisados os títulos de cinco matérias jornalísticas publicadas em jornais impressos de âmbito local e nacional, de 3 de junho de 2015, dia seguinte ao da divulgação dos resultados do segundo volume da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), pelo Ministério da Saúde e pelo IBGE, em uma entrevista coletiva da qual participou o então ministro da Saúde, Arthur Chioro. A PNS foi pauta de jornais de todo o país⁷, tendo abordado amplo espectro de questões relativas à saúde dos brasileiros, como informações sobre condições de moradia, hábitos de higiene, nível de escolaridade, rendimentos e utilização de serviços de saúde.

Considerando, com Orlandi (2013), que a superfície textual está impregnada de história e de ideologia, observa-se que os títulos em exame produzem sentidos diversos, aproximando-se ou distanciando-se dos princípios da política de saúde brasileira, entrelaçando vestígios de outros textos preexistentes, do já-dito em outro lugar (Pêcheux, 1997). Buscando-se pôr em evidência a construção anterior, em oposição ao que é construído pelo enunciado em análise, de acordo com o conceito de pré-construído (Pêcheux, 1997), os títulos jornalísticos são observados em um processo discursivo que não tem início, uma vez que o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, mesmo sem total consciência do sujeito – e virá a conformar novos discursos.

No conjunto analisado, dois jornais destacaram a PNS pelo tema da saúde bucal e três, pelo da relação da população com os serviços de saúde, foco deste trabalho. Em relação a esse último tema, as matérias ocuparam ora a posição de manchete de página e manchete do próprio jornal, ora de coordenadas à manchete, que, nesse caso, tratava do outro aspecto da pesquisa. No primeiro caso, estavam dois jornais locais, a *Folha de Londrina* e *A Gazeta*, de Cuiabá, respectivamente, de uma cidade do Paraná, Sul do Brasil, e da capital de um estado da região Centro-Oeste. O *Jornal do Comercio*, que circula na capital do estado de Pernambuco, Nordeste do país, também abordou o tema, não como manchete, mas na metade inferior da página, em três colunas e sem chamada de capa.

No caso de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, ambos de âmbito nacional, a relação dos brasileiros com os serviços de saúde foi tratada como matéria secundária, em uma coluna, coordenada da manchete, que enfocava, em ambos os casos, o aspecto da saúde bucal. *O Globo* não destacou

⁷ As matérias foram extraídas de uma clipagem de jornais em nível nacional à qual a autora deste artigo teve acesso.

a pesquisa na primeira página do jornal. *O Estado de S. Paulo*, sim, com pequena chamada na parte inferior da capa.

Foram selecionados os títulos dessas matérias, examinando-se uns *em relação* aos outros, de modo a cada um lançar luz sobre os demais, desfazendo-se, pelo cotejamento, a ilusão de que aquilo que é dito só poderia ser dito daquela maneira (Orlandi, 2013). De acordo com Rodrigues (2001), o estudo dos títulos da imprensa reveste-se de particular importância para a compreensão dos mecanismos discursivos e constituem “um texto dentro do texto”, fazendo ao mesmo tempo ver e esconder o texto para que dirijem o olhar do leitor. Considerando-se que “a notícia, ao dar vida ao acontecimento, seleciona, exclui e acentua aspectos, em um processo orientado pelo enquadramento escolhido, construindo o acontecimento e a realidade” (Carey, 1986 citado em Traquina, 2012, p. 176), observa-se que esse enquadramento relaciona-se ao cenário de tensões e jogos políticos, com os quais a produção jornalística dialoga.

Estão transcritos a seguir os cinco títulos das matérias que trataram da relação dos brasileiros com a cobertura de saúde, com destaque para a forma como cada veículo apropriou-se dos resultados da pesquisa. Cabe observar que os jornais de âmbito local têm por rotina veicular matérias recebidas de agências de notícias, caso do *Jornal do Commercio*, que explicita isso no espaço de assinatura da matéria (Agência Estado e Folha Press). Ainda assim, eleger o assunto como relevante no cardápio fornecido pelas agências, definir o espaço a ele destinado e atribuir um título à matéria são escolhas do jornal. Ainda no que diz respeito aos jornais locais, destaca-se seu peso e importância para o público a que se destina, o que torna relevante conhecer o que fazem circular.

1. “Brasil: 47,9% utilizam o SUS” (*Jornal do Commercio* (PE), 3 de junho, p. 5)
2. “Dois terços dos brasileiros dependem do SUS” (*Folha de Londrina* (PR), 3 de junho de 2015, p. 7)
3. “Três em cada quatro brasileiros usam o SUS” (*O Estado de S. Paulo*, 3 de junho de 2015, p. 14)
4. “70% dos mato-grossenses dependem da saúde pública” (*A Gazeta* (MT), 3 de junho de 2015, p. 1B)
5. No Brasil, quase 30% têm plano de saúde (*O Globo*, 3 de junho de 2015, p. 24)

Nos títulos das matérias, o sujeito do discurso, isto é, o jornal, apresenta explicitamente os sujeitos das ações realizadas em cada sentença: os brasileiros (2 e 3), os mato-grossenses (4) ou um *eles* indeterminado (1 e 5). A esses sujeitos são atribuídas as ações representadas pelos verbos *utilizar* (1), *depende* (2 e 4), *usar* (3) e *ter* (5). Quem atribui esses verbos aos sujeitos da ação não são estes, mas o sujeito discursivo, o sujeito jornal. Chamam a atenção os sentidos que se depreendem do cotejamento entre os verbos *usar/utilizar* e *depende*, quando o objeto do *uso* e da *dependência* é a “saúde pública” ou o SUS. Os sujeitos enunciadores utilizam-se, aí, de elementos de saber pré-construídos referentes ao que o SUS representa, dos quais se apropriam como objetos de seus discursos: se algo que se *usa* por direito, ou algo de que se *depende*, por necessidade.

Os jornais examinados em conjunto confirmam nos títulos a existência de formas diversas de dizer, possibilitando detectar as memórias discursivas que afetam cada um. Os que empregam o verbo *depende* remetem a um SUS ao qual só se recorre se não houver alternativa, ou, por extensão, se não houver como pagar um plano de saúde privado. O realce da relação de dependência evidencia a memória de um SUS precário associado a filas para o atendimento nas unidades de saúde, entre outras mazelas, diluindo-se os aspectos positivos do sistema, considerado um dos mais completos do mundo, por levar em consideração o indivíduo, sua família, sua comunidade e o seu cuidado (HumanizaSUS, 2010). Os sentidos do sistema público de saúde aparecem aqui como uma “voz sem nome”, algo de que não se conhece a origem, “alguma coisa mais forte – (...) que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes” (Orlandi, 2013, p. 32).

Já os títulos que apontam a maioria dos brasileiros como *usuários* do SUS (1 e 3)⁸ aproximam o leitor dos princípios e diretrizes do sistema, voltado a toda a população, independentemente de qualquer condição (social, financeira, etc.). Os verbos *usar/utilizar* apontam para uma relação de pertencimento: o brasileiro usa aquilo que é seu. Esse caminho de título, por se aproximar da proposta do SUS, pouco destaque poderia merecer, mas ganha realce, se cotejado com o caminho adotado nos demais.

Merece atenção o caso da *Folha de Londrina*, em que se observa uma indiscriminação no emprego dos verbos *usar* e *depende*, se levada em conta também a manchete de primeira página, que, diferentemente do que ocorre na página interna, traz o verbo *usar* (“Dois terços dos brasileiros

⁸ Cabe registrar a título de esclarecimento que o *Jornal do Commercio* generaliza como “uso do SUS” o uso de postos de saúde, cujo percentual é de 47,9%.

usam o SUS para internação”). Tal tratamento oferece outra chave para apontar sentidos conformados pelos jornais sobre a relação da população com os serviços de saúde: apesar do emprego do verbo *usar*, a relação de dependência pode estar presente, e os demais jornais que adotaram esse verbo não necessariamente rejeitam a ideia de que a saúde pública é algo de que se depende, trazendo à tona a diversidade de sentidos que estão a circular, em permanente disputa.

Há, ainda, uma terceira modalidade de título no conjunto em análise, do jornal *O Globo* (5), que destaca a preferência da minoria da população, evidenciando, os planos de saúde privados, sem menção ao sistema público. O verbo aí empregado é *ter*, que denota posse e realça relação de consumo. Observe-se ser possível substituí-lo pelo verbo *usar*. Teríamos, então, expressa uma relação diferente do brasileiro com os planos privados de saúde. No entanto, de acordo com o título publicado, plano de saúde não é algo que se *usa*, mas algo que se *adquire* e se *tem*.

O conjunto nos mostra assim, como nos afirma Araújo (2009), que “uma mesma realidade empírica pode ser percebida de vários modos e, assim sendo, não será mais a mesma realidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram analisadas aqui as formas com que cinco jornais enunciaram nos títulos de suas matérias os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde referentes à relação dos brasileiros com os serviços de saúde e o SUS, e os sentidos que aí se conformam. Os títulos que se referem a essa relação por meio do verbo *usar*, apontando para uma proximidade à proposta de um SUS voltado a *todos* – que, portanto, têm *direito* de usá-lo –, evidenciam, pelo contraste, as construções que assumem que os brasileiros têm com o sistema uma relação de *dependência*. Assim, tomados uns em relação aos outros, revelam a existência de diversas formas de dizer.

As memórias acionadas na conformação desses efeitos de sentidos destinam a saúde pública àqueles que não podem pagar por planos privados, expressando ineficiência do sistema e distanciando o que é público do universo de quem tem condições de arcar com os próprios gastos. É possível extrair dessas construções a associação *público/para pobres, privado/para quem pode pagar*. E, ainda, o entendimento da saúde não em seu sentido ampliado, para além da ausência de doença, mas em seu sentido estrito, em abordagem biomédica, de tratamento e cura. O olhar biomédico para a saúde abre espaço a que planos privados venham a *competir* com o

SUS, que, longe de ser um *plano de saúde público* é um sistema, que leva em conta outros determinantes da qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aciole, G. G. (2006). Uma abordagem da antinomia 'público x privado': descortinando relações para a saúde coletiva'. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 9(18), 7-24. Retirado de www.scielo.br/pdf/icse/v10n19/a02v1019.pdf
- Araújo, I. S. de. (2004). Mercado simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, 8(14), 165-178. Retirado de www.scielo.br/pdf/icse/v8n14/v8n14a09.pdf
- Araújo, I. S. de. (2009). Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde. *Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde*, 3(3), 42-50. Retirado de www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/download/755/1397
- Bahia, L. (2014, maio, 13). Os governantes pensam que SUS é para pobres. Entrevista à Agência Fiocruz de Notícias. Retirado de <https://agencia.fiocruz.br/ligia-bahia-os-governantes-pensam-que-sus-%C3%A9-para-pobres>
- Centro Brasileiro de Estudos de Saúde [Cebes] (2014). Manifesto em defesa do direito universal à saúde – saúde é direito e não negócio. Retirado de http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/09/Manifesto_Cebes_Saúde_é_direito_e_não_negócio.pdf
- Fausto Neto, A. (2006). *Mutações nos discursos jornalísticos: da 'construção da realidade' a 'realidade da construção'*. Comunicação apresentada no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom). Retirado de www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1804-1.pdf
- HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização (2004). *A humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS*. Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.
- Oliveira, V. de C. (2014). As fabulações jornalísticas e a saúde. In K. Lerner & I. Sacramento (Eds.), *Saúde e jornalismo – Interfaces contemporâneas* (pp. 35-60). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Orlandi, E. (2013). *Análise de discurso – princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.

Pêcheux, M. (1997). *Semântica e discurso – A crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp.

Rodrigues, A. D. (2001). *Estratégias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Sorj, B. (2000). *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.

Traquina, N. (2012). *Teorias do orنالismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil/1988, de 05 de outubro, República Federativa do Brasil

Lei nº 8.080/1990, 19 de setembro, República Federativa do Brasil

Lei nº 8.142/1990, 28 de dezembro, República Federativa do Brasil

Citação:

Bardanachvili, E. (2018). Os brasileiros e sua relação com o sistema de saúde pelo olhar dos jornais: direito ou dependência? In M. Oliveira & S. L. Évora (Eds.), *Livro de atas do XII Congresso da Lusocom – Cibercultura, regulação mediática e cooperação* (pp. 229-239). Braga: CECS.